Notícia do dia 05 de dezembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 3 | Número de veículos: 3

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Despesa com cargos em comissão segue em alta 3

PUC TV - GO - TJ GOIÁS
TCE - GO
Juiz autoriza duplicação da Rua da Divisa, no Setor Jaó 5

ENTRELINHAS GOIÁS - GOIÂNIA - GO - GOIÁS
TCE - GO
TCE recomenda que o PPA seja realizado com tempo hábil 6

Despesa com cargos em comissão segue em alta

Governador Ronaldo Caiado (UB): criação, por decreto, de 62 cargos de segundo e terceiro escalões em outubro (Adré Saddi)

O estado de **Goiás** gastou R$ 354 milhões com o pagamento de comissionados entre janeiro e novembro de 2023. São R$ 40 milhões a mais em relação à despesa no mesmo período do ano passado. As informações foram extraídas do Portal da Transparência do governo estadual nesta segunda-feira (4).

Os dados também demonstram aumento no número de comissionados. No ano de 2022, a quantidade de funcionários com este tipo de contratação foi estável, com 5,8 mil a 5,9 mil pessoas. Já em 2023, o ano começou com 5,8 mil comissionados na folha e terminou com 6,5 mil (634 a mais, o que representa aumento de cerca de 10%).

Em novembro de 2023, a folha de servidores ativos custou R$ 842 milhões ao governo, sendo R$ 34,8 milhões referentes aos comissionados. No período, a despesa com estes funcionários representou 4,22% de todo o gasto com pessoal da gestão. Os efetivos têm maior impacto na folha, representando 78,25% (R$ 645 milhões).

Já em novembro de 2022, a despesa total com ativos foi de cerca de R$ 820 milhões. O gasto com comissionados representou 3,56% (aproximadamente R$ 29 milhões). Já os efetivos representaram 78,59% do gasto com pessoal. Os valores foram corrigidos pela inflação do período. Os dados levam em consideração os servidores lotados nas agências, Universidade Estadual (UEG) e Defensoria Pública de O cientista político Jorge R. Mizael ressalta o aumento de mais de 600 comissionados em menos de um ano e destaca que a eleição municipal do próximo ano pode ser uma das explicações para a mudança no quadro. Mizael também menciona que o governador Ronaldo Caiado (UB) se posiciona como defensor de ideias liberais, com o estado mais enxuto, mas permitiu o crescimento do número de comissionados.

Mizael ainda cita a importância dessas contratações terem mais transparência, com a divulgação de critérios de seleção destes funcionários. Além da questão política, o cientista político avalia que o aumento de comissionados na administração pública de forma geral pode demonstrar falta de planejamento a médio e longo prazo, já que a contratação de comissionados também pode ocorrer pela de urgência para ocupar um cargo. "A regra deveria se contratar por concurso público", afirma. Estrutura

Em nota, a Secretaria de Estado da Administração argumentou que a configuração de comissionados envolve todos os cargos de direção superior (estrutura básica e complementar), de assessoramento técnico e as funções comissionadas, assim como as gratificações para exercício de atividades específicas. O texto cita a Lei nº 21.793/2023, que revisou a estrutura do Executivo.

A Administração também destacou no texto que, para desempenho de suas atividades, o estado conta com "unidades descentralizadas nos municípios para atuação nas mais diversas áreas da gestão, como Educação, saúde e atendimento ao cidadão".

Em outubro, reportagem do POPULAR revelou que Caiado criou, por decreto, 62 cargos de segundo e terceiro escalões em cinco secretarias, com salários de R$ 2,2 mil a R$ 26,3 mil. Na época, o governo justificou que o impacto financeiro e compensações estavam dentro dos limites autorizados pela lei. O estado também alegou que não houve aumento de despesas.

O decreto foi publicado em edição suplementar do Diário Oficial do Estado em 11 de outubro, com criação de 41 coordenações, 15 diretorias, 3 gerências, 1 superintendência e 1 subsecretaria e 1 procuradoria. O documento também determinou alterações em nomes de gerências e superintendências.

Legislativo

Os comissionados são funcionários nomeados sem concurso público ou exigência de processo seletivo. A escolha das pessoas que ocupam estes cargos é feita pelo gestor responsável por cada área. O Giro mostrou que outros Poderes também seguiram no mesmo caminho que o Executivo e aumentaram a quantidade de comissionados no quadro de pessoal.

A coluna informou novo recorde de servidores de livre nomeação na Assembleia Legislativa de **Goiás**, com

4.861 em setembro. O POPULAR já havia mostrado o recorde da Casa em agosto, com 4.572 comissionados. A principal justificativa é o aumento do limite de assessores em cada gabinete de deputado estadual, que passou de 58 para 95.

A mudança foi aprovada na Assembleia no início deste ano, articulada por Bruno Peixoto (UB) com os demais parlamentares. A medida ajudou Peixoto a garantir a eleição para presidência do Legislativo para o biênio 2023-2024 e a recondução antecipada para 2025-2026. O POPULAR já mostrou também que, com até 95 comissionados em cada gabinete, a Casa dá possibilidade de os parlamentares goianos terem mais assessores que os deputados de São Paulo. Na Assembleia de São Paulo (Alesp), são 23 vagas por gabinete.

O Giro também trouxe dados do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO), que registrou aumento de comissionados, com um terço a mais, na comparação entre o 2º e o 3º trimestre de 2023. Os dados divulgados na coluna são de relatório do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO), que divulga os números seguindo a Constituição Estadual.

Site: https://opopular.com.br/digital/05-dezembro-2023/1o-caderno

Juiz autoriza duplicação da Rua da Divisa, no Setor Jaó

TAGS: Ministério Público de Goiás, Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma), Prefeitura de Goiânia, Seinfra Goiânia

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2023/12/05/PUCTVGO-13.38.02-13.41.25-1701794715.mp4

TCE recomenda que o PPA seja realizado com tempo hábil

O **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) expediu uma série de recomendações ao governo de **Goiás** e à Secretaria da Economia no sentido de aprimorar a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Isto após a realização de um acompanhamento, com objetivo de compreender a elaboração do PPA, avaliando a forma como são definidas as prioridades governamentais em atenção à sua finalidade constitucional.

O **TCE** recomendou ao governo que reveja e antecipe o início das atividades de planejamento ligadas ao processo de elaboração do PPA. De modo que o tempo disponibilizado para discussão entre os envolvidos seja compatível com a complexidade do processo.

O Tribunal quer que o grupo de responsáveis pela elaboração do plano seja formalmente definido e que a metodologia de participação dos órgãos e entidades seja definida previamente em oficinas para construção de programas e produtos que deverão constar do PPA.

Recomendou também que o Estado elabore projeto de lei complementar, dispondo sobre exercício financeiro, vigência, elaboração e organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

Para o próximo ciclo, que realize o processo de "escuta social" em tempo hábil para que as demandas sejam disponibilizadas às secretarias, órgãos e entidades antes da realização de suas contribuições ao plano plurianual em elaboração. E, ainda, que promova audiências públicas, preferencialmente, regionalizadas e faça a utilização efetiva dos dados coletados no processo de escuta social na elaboração do PPA.

Por fim, que adeque cronograma para que o processo de escuta social seja mais consistente e efetivo.

À Secretaria de Economia, as principais recomendações são no sentido de promover estudos junto aos órgãos e entidades para identificar as demandas e necessidades de cada região. Além de regionalizar os objetivos e das metas constantes no processo de revisão do plano e implementar mecanismos para corrigir falhas na alimentação do Sistema de Planejamento e Monitoramento das Ações Governamentais (Siplam).

Também foi recomendado que a pasta realize análise crítica de modo a evitar distorções relevantes, decorrentes das fragilidades da alimentação do sistema. E estabeleça procedimento operacional padrão, com o fim de uniformizar a forma de realizar monitoramento pelos órgãos e entidades e capacite órgãos e entidades para realizarem o monitoramento de seus programas, ações e produtos.

Saiba mais: **TCE** vai fiscalizar destino dos recursos do Fundeinfra

O **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) expediu uma série de recomendações ao governo de **Goiás** e à Secretaria da Economia no sentido de aprimorar a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Isto após a realização de um acompanhamento, com objetivo de compreender a elaboração do PPA, avaliando a forma como são definidas as prioridades governamentais em atenção à sua finalidade constitucional.

O **TCE** recomendou ao governo que reveja e antecipe o início das atividades de planejamento ligadas ao processo de elaboração do PPA. De modo que o tempo disponibilizado para discussão entre os envolvidos seja compatível com a complexidade do processo.

O Tribunal quer que o grupo de responsáveis pela elaboração do plano seja formalmente definido e que a metodologia de participação dos órgãos e entidades seja definida previamente em oficinas para construção de programas e produtos que deverão constar do PPA.

Recomendou também que o Estado elabore projeto de lei complementar, dispondo sobre exercício financeiro, vigência, elaboração e organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

Para o próximo ciclo, que realize o processo de "escuta social" em tempo hábil para que as demandas sejam disponibilizadas às secretarias, órgãos e entidades antes da realização de suas contribuições ao plano plurianual em elaboração. E, ainda, que

promova audiências públicas, preferencialmente, regionalizadas e faça a utilização efetiva dos dados coletados no processo de escuta social na elaboração do PPA.

Por fim, que adeque cronograma para que o processo de escuta social seja mais consistente e efetivo.

À Secretaria de Economia, as principais recomendações são no sentido de promover estudos junto aos órgãos e entidades para identificar as demandas e necessidades de cada região. Além de regionalizar os objetivos e das metas constantes no processo de revisão do plano e implementar mecanismos para corrigir falhas na alimentação do Sistema de Planejamento e Monitoramento das Ações Governamentais (Siplam).

Também foi recomendado que a pasta realize análise crítica de modo a evitar distorções relevantes, decorrentes das fragilidades da alimentação do sistema. E estabeleça procedimento operacional padrão, com o fim de uniformizar a forma de realizar monitoramento pelos órgãos e entidades e capacite órgãos e entidades para realizarem o monitoramento de seus programas, ações e produtos.

Saiba mais: **TCE** vai fiscalizar destino dos recursos do Fundeinfra

Site: https://www.entrelinhasgoias.com.br/tce-recomenda-que-o-ppa-seja-realizado-com-tempo-habil/